

O MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO (MP): UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA

MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO (“PARTICIPATORY” MOVEMENT): A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF NURSING IN BRAZIL

EL MOVIMIENTO PARTICIPACIÓN (MP): UNA CONTRIBUCIÓN A LA HISTORIA DE LA ENFERMERÍA BRASILEÑA

Gelson Luiz de Albuquerque¹

Denise Elvira Pires de Pires²

RESUMO: Retrata origens e princípios que constituíram o Movimento Participação, em oposição à política desenvolvida pela Direção da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). Surge nos anos 80, com críticas de que a entidade, atuava: a) como reprodutora das políticas oficiais e interesses do setor industrial médico-hospitalar; b) numa estrutura organizativa centralizadora/autoritária; c) apenas na atualização “científico-cultural” das enfermeiras, desconsiderando a necessidade das reflexões político-profissionais, de atuação da entidade e o papel da profissão, no cenário histórico-social vigente; d) sem participar da formulação das políticas públicas relativas ao setor saúde. Este movimento vence as eleições na ABEn e assume a entidade, a partir de 1986. Os resultados dessa nova prática marcam uma história em construção. Conquistas e retrocessos dependerão da nossa capacidade coletiva de construir uma profissão competente tecnicamente, com intervenções críticas e criativas e, principalmente, reconhecida socialmente como aliada da maioria da população, na defesa do direito à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: história da enfermagem, organizações não governamentais, ciências sociais, sociedades de enfermagem

INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado a partir de pesquisas realizadas por *Oliveira* (1990) e *Albuquerque* (2001). *Albuquerque* fez uma pesquisa histórica, com base na história oral, coletando depoimentos de lideranças do Movimento Participação (MP) no Estado de Santa Catarina e *Oliveira*, fez um estudo retrospectivo a partir de análise documental de 525 documentos que retratam a história do MP.

Não apresenta uma análise da constituição deste Movimento, no sentido de reconstrução de suas diversas nuances e contradições, em cada Estado da federação, bem como não analisa a complexidade da prática deste Movimento após o momento que o mesmo assume a direção nacional da ABEn, em 1986.

O presente texto tem relevância na medida que aborda a constituição do Movimento

¹ *Professor do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; Doutor em Filosofia da Enfermagem pela UFSC; Presidente da ABEn-SC, na gestão 1998-2001.*

² *Professora do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; Presidenta da ABEn/SC, na gestão 1989-1992.*

Participação, explicitando as grandes questões de demarcam a ruptura entre a prática histórica desenvolvida pela direção nacional da ABEn, até meados dos anos 80, e as propostas do Movimento Participação.

O estudo destaca o Movimento Participação em Santa Catarina, que foi objeto de estudo da tese de Albuquerque e que tem relevância para a história da ABEn, porque a ABEn-SC foi o berço deste Movimento, tendo colocado em prática, após as eleições de 1980, muitas das propostas que, no futuro, constituíram-se a base da plataforma nacional do Movimento. A perspectiva enfocada por Oliveira, por sua vez, apresenta uma “classificação provisória da história da ABEn sob a égide do MP”, a saber: formação do movimento de oposição (1979 a 1983); emergência de uma ação coletiva na ABEn-MP (1983-1986); ABEn na era do MP – impactos e ambigüidades na prática (1986-1989); e o MP - perspectivas históricas e os desafios da Enfermagem Brasileira (a partir de 1989).

A história da prática do Movimento Participação já em cinco gestões obteve muitas conquistas e, também, tem vivenciado alguns problemas. No entanto, a prática exercida pelo Movimento Participação resultou da nossa diversidade de idéias e do que foi possível priorizar, face aos constrangimentos conjunturais e os acordos possíveis, assim algumas das propostas formuladas em Santa Catarina, na gênese do Movimento, e que vem sendo debatidas ao longo de mais de uma década, ainda não tiveram apoio majoritário para serem implementadas.

Trata-se de uma história em construção, e as conquistas e os retrocessos dependerão da nossa capacidade coletiva de construir uma profissão competente tecnicamente, com capacidade de realizar intervenções críticas e criativas e, principalmente, reconhecida socialmente como aliada da maioria da população na defesa do direito à saúde.

A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO

O Movimento Participação, chamado inicialmente de “Participação”, surge da vontade de um grupo de profissionais e estudantes de Enfermagem, em transformar a atuação da Associação Brasileira de Enfermagem. Este Movimento organizou-se, primeiramente, em alguns Estados (Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina) e, depois, ganhou dimensão nacional.

A ABEn, ao longo de sua história, adotou uma política de submissão e adesão às políticas oficiais de modo acrítico. Essa política de adesão manteve-se sob o regime militar, período no qual a expressão dos indivíduos e das organizações era bem mais restrita. A ABEn, durante aquele regime, viveu uma postura autoritária e de exclusão dos sócios nos processos decisórios, refletindo assim, o momento histórico vivido. Mas este momento também gerou, o seu contrário, ou seja o contra-movimento à visão hegemônica organizado sob a denominação inicial de “Participação”, o que viria mais tarde a se chamar “Movimento Participação”(MP), o qual expressou-se e consolidou-se como uma força política capaz de mudar os rumos daquela entidade.

A ABEn não era uma célula isolada das demais organizações e, como as demais, sofria a interferência daqueles que detinham o poder (federal, estadual ou municipal); era o espelho do que ocorria na sociedade brasileira, onde o autoritarismo e o centralismo de decisões excluía a participação dos cidadãos e, sobremaneira repelia qualquer manifestação contrária aos interesses dos dirigentes. Para um grupo de profissionais e estudantes, esta realidade precisaria ser transformada e, a constituição de um Movimento autônomo e independente poderia contribuir nessa empreitada.

Em pesquisa realizada por *Albuquerque*, 2001, junto às lideranças do MP/Catarinense, foi possível identificar as críticas centrais feitas por estas lideranças à política de condução da entidade, e que era levada pela Direção Nacional da ABEn. Dentre estas críticas destaca-se: a) a atuação da entidade como “correia de transmissão” das políticas oficiais e dos interesses das

indústrias multinacionais atuantes no setor saúde; b) a estrutura organizativa da ABEn identificada com as entidades chamadas de “pelegas”³ que tinham uma prática centralizadora e atuavam de forma autoritária, limitando a participação dos associados; c) a visão sobre o papel da entidade, entendido, basicamente, como “científico-cultural”, no sentido de ser um espaço para reflexões técnicas e de atualização das enfermeiras. Uma visão mais instrumental, de utilização mecânica dos conhecimentos disponíveis, sendo que essa visão refletia-se no temário dos eventos promovidos pela entidade; d) as reflexões sobre questões profissionais, política de atuação da entidade e reflexões críticas sobre o papel da profissão, no cenário histórico-social vigente, não eram bem vistas; e) a ABEn não participava da formulação das políticas públicas de saúde e relativas aos trabalhadores daquele setor, reproduzindo e legitimando o que era decidido pelos formuladores oficiais.

Assim, a entidade tinha uma perspectiva de organização e atuação que articulava com os cinco eixos acima descritos. Refletia, portanto, uma visão de profissão, que correspondia à política vigente na sociedade brasileira, naquele momento. Esta, por sua vez, delineava o papel da entidade de conservar e manter o sistema estabelecido. Assim a ação da ABEn representava, o que a Direção Nacional pensava sobre a identidade profissional. Uma visão centrada nas Enfermeiras⁴ e de exclusão dos demais grupos que compunham a categoria profissional da Enfermagem, à época, as Técnicas, Auxiliares e Atendentes de Enfermagem, já que estes não podiam participar da formulação das políticas, apesar de constituírem a maioria da categoria profissional. A estes era reservado, apenas, um papel de submissão às Enfermeiras e, estas últimas, por sua vez, submissas às políticas oficiais.

A política desenvolvida pela ABEn à época, não estava alicerçada em um projeto profissional próprio, independente e democrático, apresentado para a sociedade. A ABEn reproduzia o projeto daqueles que detinham o poder central.

O processo de reflexão crítica sobre esta prática desenvolvida pela ABEn levou um grupo de profissionais e estudantes, a desenvolverem uma ação local, em Santa Catarina e, depois em nível nacional. Articulando-se com outros grupos da enfermagem brasileira, que também estavam insatisfeitos com as posições políticas da ABEn, organizaram um movimento de oposição às políticas desenvolvidas pela Direção Nacional, exigindo democracia e participação. Essa é a célula embrionária do MP. Em Santa Catarina, esse movimento nasce com a vitória da chapa “Participação”⁵ nas eleições de 1980, encabeçada pelo enfermeiro Jorge Lorenzetti.

O Movimento Participação, então, constitui-se num movimento social articulado nacionalmente, com forte participação da ABEn-SC e que tinha como objetivo transformar a ação da ABEn. Lutaram, numa ação coordenada de contra-opressão, identificando-se com o que *Scherer-Warren* (1984) chama de “movimento social”. Segundo a autora, “a contra-opressão

³ A terminologia “pelega” é uma alusão ao pelego que age como um amortecedor entre o animal e o montador. No movimento sindical essa terminologia é utilizada para indicar quando uma entidade desenvolve um papel de amortecedor dos conflitos entre capital e trabalho.

⁴ Optamos por utilizar a denominação “Enfermeira”, em respeito ao gênero feminino que constitui mais de 95% de nossa categoria profissional, contrariando as indicações de nossa língua portuguesa que carrega essa discriminação de gênero. Essa é, também, uma homenagem às companheiras mulheres que constróem a história da Enfermagem Brasileira.

⁵ A 10ª Diretoria da ABEn/SC, tomou posse em 25 de julho de 1980, tendo a seguinte composição: Presidente: Jorge Lorenzetti; 1ª Vice-Presidente: Diva Fiorini; 2ª Vice-Presidente: Nelcy T. Coutinho Mendes; 1ª Secretária: Márcia Cruz; 2ª Secretária: Evelyn Elias; 1ª Tesoureira: Maria Celecina Antônio; 2ª Tesoureira: Mirian Lago; Conselho Fiscal: Otilia Hammes; Conselho Fiscal: Rainildes Schweitzer; Conselho Fiscal: Lúcia H. T. Gonçalves; Comissão de Publicação e Divulgação: Marisa Monticelli; Comissão de Serviço de Enfermagem: Rosane Mazzuco; Comissão de Educação: Jonas Salomão Spricigo; Comissão de Finanças: Mirian Lago; Comissão de atividade científica: Maria Tereza J da Rosa; Comissão de Legislação: Vera Lúcia Guimarães Blank.

pode se expressar de várias formas: lutas mais violentas ou menos violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação. Temos, portanto, formas ativas e formas passivas de contra-opressão. Contudo, a busca da libertação exige um agir ativo. Quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social" (grifo da autora) (Scherer-Warren, 1984, p.9)

O propósito do MP era que a Enfermagem Brasileira, se apresentasse na sociedade como um grupo profissional⁶ do setor saúde que tem um conhecimento próprio e que é capaz de atuar com competência em seu campo específico. Que é composta de trabalhadores que têm direito à liberdade e a autonomia profissional, uma posição constituída e reconhecida também pelos seus direitos, e que se coloca a serviço e, em aliança com a população que necessita de seus serviços. O MP também defendia que, ao viver um determinado momento histórico da sociedade, é papel dos profissionais de enfermagem intervir na construção desta história, sendo que, nos anos 80, era fundamental participar da luta pela transformação da sociedade brasileira, defendendo a liberdade e a democracia.

O propósito do Movimento Participação, segundo as lideranças catarinenses entrevistadas por *Albuquerque* (2001), era de constituir um Movimento Nacional que mudasse a ABEn com vistas à transformá-la em uma entidade:

1) Democrática, seja pela ampliação do número de associados, incluindo estudantes e todos os profissionais da Enfermagem, seja mudando a sua estrutura organizativa de modo a propiciar a participação dos associados na formulação das políticas de atuação e gestão da entidade.

2) Fortalecida institucionalmente e interlocutora de toda a categoria de Enfermagem, encaminhando-se para a constituição de uma entidade unitária da Enfermagem que representasse a profissão na sociedade;

3) Que tivesse visibilidade social com caráter classista, no sentido de articulação política com os demais trabalhadores, participando da luta de todos os trabalhadores, estudantes e movimentos organizados, com vistas a: a) conquista e preservação de direitos individuais e coletivos, pela livre organização sindical e dos direitos trabalhistas e, em especial, contra a ditadura e pelas eleições diretas para presidente. A luta conjunta com os demais trabalhadores, tinha por base a visão de que a Enfermagem era composta, também, por trabalhadores; b) participação no movimento sindical representando a Enfermagem do Serviço Público, proibida de sindicalizar-se, legalmente à época e, defendendo uma Entidade Unitária que representasse a Enfermagem na sociedade; c) participação no processo de criação de uma Central Única dos Trabalhadores, de caráter classista, que articulasse as demandas da classe trabalhadora em seu embate com os governos e patrões; d) consolidando espaços para a Enfermagem exercer cargos de Direção, eleitos pela base da categoria profissional;

4) Que atuasse de forma independente e autônoma, diante das ingerências de

⁶ *Profissão entendida como a qualificação de trabalhadores especializados, que dominam os conhecimentos que fundamentam a sua realização e que controlam a produção e reprodução dos conhecimentos necessários ao seu trabalho, através do ensino e pesquisa. Os membros da profissão estabelecem regras para o seu exercício profissional, as mesmas são fixadas em lei e/ou compartilhadas pelo grupo e legitimadas pela sociedade em que vivem. Organizam-se em entidades do tipo associativo, de modo a garantir o respeito a essas regras, a buscar o aprimoramento profissional e a desenvolver medidas de defesa do grupo. No entanto, no que diz respeito ao controle sobre o processo de produção e a questão da autonomia profissional, é preciso contextualizar o exercício profissional no momento e condições históricas que o mesmo se realiza, em especial no âmbito trabalho coletivo no modo de produção capitalista, sob o parcelamento de tarefas e a gerência científica (Pires, 2000, p. 87).*

patrões, governos, partidos políticos e dos interesses do capital industrial do setor saúde, agindo apenas no interesse de seus associados.

Estes princípios compuseram o escopo central de atuação do Movimento Participação em Santa Catarina e influenciaram a formulação da Plataforma do Movimento Participação, que concorreu os pleitos de 1984 e 1986.

A ORGANIZAÇÃO DO MPE A RUPTURA INSTITUCIONAL NA ABEn

No 32º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado de 01 a 07 de junho de 1980, em Brasília/DF, a Enfermeira Circe de Melo Ribeiro, toma posse como presidente da ABEn e, já neste evento, o grupo de oposição dava continuidade a organização iniciada no Congresso anterior. Da mesma forma, o grupo se reúne no 33º Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizado de 02 a 07 de agosto de 1981, em Manaus/AM. As enfermeiras e estudantes que tinham críticas à política desenvolvida pela Diretoria Nacional da ABEn, e que estavam dispersas nos diversos Estados da Federação, no Movimento dos Servidores Públicos e no Movimento Sindical, passaram a encontrar-se e debater a realidade da Enfermagem no cenário conjuntural político, econômico e social brasileiro. No entanto, foi no 34º CBEn, realizado de 24 a 29 de outubro de 1982, em Porto Alegre/RS, que ocorreu uma manifestação formal do grupo de oposição e no 35º CBEn, realizado de 24 a 30 de setembro de 1983, em São Paulo/SP, foi realizada a primeira Plenária do “Participação”. Desta, resultou a carta de princípios que embasaria as propostas da chapa de oposição nacional à ABEn. Essa chapa disputou as eleições de 1984, formalizando o “Movimento Participação” como um movimento articulado em todo o Brasil.

A chapa do “Participação” de 1984, foi construída nas garagens e corredores do Centro de Convenções de São Paulo, onde ocorria o 35º Congresso Brasileiro de Enfermagem, já que o autoritarismo da Direção Nacional (DN), impediu que o MP tivesse um espaço para se reunir e debater suas ações. Desse processo resultou um documento que sintetizava as idéias do MP:

“o direito à saúde, entendido como direito social onde o Estado tem o DEVER de garantir uma oferta de serviço igualitária e de qualidade a toda a população; e direito ao trabalho: entendido como garantia do pleno emprego, da isonomia salarial, do direito à sindicalização de todos os trabalhadores, da autonomia e liberdade sindicais e outras questões como particularmente o direito da mulher e de todos os que são considerados minorias (negros, crianças, velhos, etc)”, estas como condições de conquistas constitucionais. Além disto lutar para a reestruturação sanitária, entendida como a reorganização dos serviços de saúde. Também, a importância da organização e luta dos trabalhadores e dos movimentos populares, para encetarem ações visando a transformação da sociedade; No plano das propostas, as ações propostas, seriam a da luta para: uma ABEn representativa, democrática, e independente do Estado e de partidos políticos; uma ABEn comprometida com os verdadeiros anseios da população no que diz respeito às necessidades de saúde e o adequado funcionamento destes serviços; uma ABEn atuante junto as demais entidades representativas da Enfermagem na defesa das bandeiras maiores da profissão; uma ABEn que promova o desenvolvimento profissional integral das categorias de Enfermagem; uma ABEn que lute pela projeção da Enfermagem na sociedade.” (PARTICIPAÇÃO [1984])

O embate, então, nacionalizado envolveu, basicamente, a denúncia pública de que a Diretoria Nacional exercia o poder de forma autoritária, sem possibilitar a participação dos associados em suas decisões e de que ela estava atrelada às empresas multinacionais de equipamentos médicos e medicamentos, assim como ao Governo Militar. Esse processo ocorreu no cenário das lutas da sociedade brasileira pela redemocratização do país.

Organizaram-se duas chapas nacionais, uma representando a política vigente na ABEn e outra representando o “Participação”. Foi o maior embate eleitoral da história da Enfermagem.

“Pela primeira vez, na história da ABEn, acontecia uma eleição com duas chapas efetivamente concorrentes”, afirmou *Oliveira* (1990, p. 75), referindo-se as eleições nacionais da ABEn de 1984. A categoria de Enfermagem, que por vários anos, deixou de aprofundar/debater a organização de seu trabalho e de sua categoria, passou a intervir de forma concreta, aproveitando a oportunidade possibilitada pela organização do Movimento Participação.

Nas eleições de 1984, a chapa de oposição, “Participação”⁷, era liderada pela Enfermeira Maria José dos Santos Rossi, que defendia as teses do movimento. E, a chapa da situação era liderada pela Enfermeira Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, com o nome de “Compromisso”⁸.

O grupo do “Participação”, acabou por atrair os votos das jovens Enfermeiras, já que existia uma identificação muito grande com estes eleitores. Os jovens respiravam os ares da luta democrática e eram avessos a qualquer forma de autoritarismo. Talvez aí tenha se concentrado a grande “virada” eleitoral que aconteceu no plano nacional.

Na eleição nacional da ABEn de 1984, a participação dos sócios foi maciça. Dos 6.050 sócios na ABEn, votaram 5.856 sócios, o que representou 96,8%, dos associados aptos a votar. A Enfermagem estava ciente de sua importância nos destinos que seriam traçados por ambas as chapas concorrentes, daí o nível elevado de participação. Entretanto o golpe estava engendrado: o “Participação ganhou mas não levou” (expressão largamente, utilizada, após à divulgação do resultado, por simpatizantes do MP).

Segundo *Oliveira* (1990, p. 88-89),

“foi o processo mais representativo da história da Associação e uma grande manifestação do compromisso com os destinos da Associação, do conjunto dos associados, absolutamente legítima e legal. Os votos, de acordo com a apuração dos estados, foram depositados quase na totalidade para as duas chapas: sendo 2.876 para a “chapa Participação” e 2705 para a “chapa Compromisso”, o percentual dos votos brancos e nulos foi inferior a 3% do total, o que demonstra a seriedade e o alto grau de responsabilidade com que o associado compareceu às urnas para fazer valer o seu poder de escolha através do voto”.

Porém, a Comissão Eleitoral Nacional anulou, integralmente, as votações realizadas em Santa Catarina, Paraíba, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo, Pará, e Sergipe. Um dos motivos alegados para a anulação dos votos de Santa Catarina, por exemplo, foi o uso de “urnas volantes”. No entanto, não existia nenhuma disposição regimental que impedisse o uso das mesmas. Se houvesse, realmente, este impedimento, por que não anularam apenas as urnas volantes daquele Estado? Assim, fazendo uso destes e de outros argumentos burocráticos, a Comissão Eleitoral Nacional anulou 42,7% dos votos (cerca de 2.500 votos) e,

⁷ *Chapa Participação: Presidente: Maria José dos Santos Rossi; Vice-Presidente: Maria Henriqueta Luce Kruse; 1º Secretário: Jorge Lorenzetti; 2º Secretária: Stella Maria Pereira Fernandes de Barros; 1º Tesoureiro: Eduardo Guilherme Kascher; 2º Tesoureira: Isabel dos Santos; Comissão Permanente de Publicação e Divulgação: Sandra Maria de Abreu Mendes; Comissão Permanente de Legislação: João Pedrazzani; Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem: Maria Terezinha Nóbrega da Silva; CACID/CEPEn: Maria da Glória Mioto Wright; Comissão Permanente de Educação: Raimunda Medeiros Germano; Conselheiras Fiscais: Maria Rodrigues da Conceição, Alcineia Eustáquia Costa e Creso Machado Lopes.*

⁸ *Chapa Compromisso: Presidente: Maria Ivete Ribeiro de Oliveira; Vice-Presidente: Clarice Judith Ribeiro Gazzola; 1ª Secretária: Maria Irene Bachega; 2ª Secretária: Vilma de Carvalho; 1ª Tesoureira: Maria Edna Frias Xavier; 2ª Tesoureira: Maria Lídia de Queiroz Rocha; Comissão Permanente de Publicação e Divulgação: Maria Hélia de Almeida; Comissão Permanente de Legislação: Maria de Aparecida Batista dos Santos; Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem: Nalva Pereira Caldas; CACID/CEPEn: Nilce Piva Adami; Comissão Permanente de Educação: Neide Maria Freire Ferraz; Conselheiras Fiscais: Aracy Régis de Menezes, Gláucia Borges Seraphine e Noemi Lunardi.*

com isso, inverteu os resultados dando vitória a chapa situacionista, chamada de “Compromisso”. A proclamação oficial dos resultados da eleição de 1984, com alteração substancial dos mapas de apuração dos Estados, provocou uma grande onda de protestos na Enfermagem, em aliança com diferentes atores políticos da sociedade brasileira (Oliveira, 1990, p.96). Este fato gerou muita indignação! Foi mais um ato arbitrário, de uma Direção que não aceitava perder as eleições e agir de modo violento contra a oposição.

Como se sabe, algo semelhante vem ocorrendo até os dias de hoje, nas eleições dos Conselhos Regionais de Enfermagem, onde um grupo derrotado no processo eleitoral acaba por assumir, graças à intervenção feita pelo Conselho Federal de Enfermagem. Essa ação, em nossa avaliação, viola as regras democráticas e impede a livre expressão da vontade da maioria. A revolta e indignação, manifestou-se no 36º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Belo Horizonte, no período de 28 de julho a 02 de agosto de 1984. Os protestos realizados nos Estados foram articulados e expressaram-se, na tentativa de impedir a posse da Direção que havia sido “eleita”, conforme o relatório da Comissão Eleitoral.

Este Congresso foi um marco na história da ABEn. Um dos momentos mais críticos do mesmo, foi vivido na Assembléia de Delegados. Nesta, que constitui-se na instância máxima de decisões da ABEn (hoje Assembléia Nacional de Delegados), a presidente, Circe de Melo Ribeiro, procurou aprovar pautas de interesse da Diretoria Nacional, rapidamente, sem debates, apesar das interferências do MP. O MP defendia, também, que fosse realizada uma discussão sobre a homologação dos resultados da eleição, apresentados pela Comissão Eleitoral Nacional, no entanto a Diretoria Nacional não estava interessada neste debate. Os delegados identificados com o “Movimento Participação” denunciaram as manobras que inverteram os resultados das urnas e fizeram uma grande pressão para que estes não fossem homologados, denunciaram a fraude eleitoral e afirmaram que não reconheciam a Direção por este motivo. Os ânimos acirraram-se e a Presidente retirou-se da sala sob vaias. Imediatamente, após a saída da Presidente, o MP assumiu a Direção da mesa dos trabalhos da AND para conduzi-la, havendo amparo estatutário para tal. Assim, a Assembléia de Delegados prosseguiu, elegendo uma Direção para conduzi-la⁹.

A Assembléia de Delegados, conduzida pelos integrantes do Movimento Participação, deliberou pelo não reconhecimento dos resultados eleitorais apresentados pela Comissão Eleitoral Nacional. Aprovou a constituição de uma Comissão Diretora Provisória Central (CDPC) e Comissões Diretoras Provisórias Locais (CDPL's), nos Estados, para dirigir um movimento de oposição à Direção Nacional da ABEn e exigir que fossem convocadas novas eleições e/ou anulados os resultados homologados pela DN. Decidiu, também, que as Comissões Diretoras Provisórias Locais (CDPL's) tomariam posse nos Estados exatamente com a mesma composição eleita nas urnas.

A CDPC¹⁰ foi formada por Maria Aparecida Gussi (DF), Arilda de São Sabas Pucú (DF), Erlita Rodrigues dos Santos (DF), Maria Jenny Silva Araújo (BA), Maria Auxiliadora Córdova Cristófaró (MG), Eliana Marília Faria (SC) e Clélia Soares Burlamaque (RS), esta última exercendo as funções de Secretária Geral do MP. Foram constituídas CDPL's nas Seções do Amazonas (AM), Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Sul (RS), Rio Grande do Norte (RN), Santa Catarina (SC) e Sergipe (SE), estas Comissões, junto com a CDPC, atuaram “coordenando o processo de resistência do MP” (Oliveira, 1990, p.103)

A DN não reconheceu as deliberações tomadas naquela Assembléia de Delegados, e mesmo sob muitos protestos, deu posse à Chapa da situação. Durante todo o Congresso

⁹ Clélia Soares Burlamaque (RS), presidente; Dilma Neto de Menezes (PE), secretária.

¹⁰ Ata da 2ª Assembléia Extraordinária de delegados da ABEn, 36º CBEEn, Belo Horizonte, 1984.

Brasileiro de Enfermagem houve momentos de muita tensão e de protestos, mas a Diretoria Nacional não abriu mão de sua política e, para garantir a manutenção da mesma, solicitou reforços policiais na tentativa de intimidar a oposição. Com a presença ostensiva de policiamento, inclusive com a cavalaria, a Diretoria Nacional deu posse à chapa da situação.

O MP contava com o apoio da maioria dos congressistas e reagiu frente à intransigência e o autoritarismo da Direção Nacional, realizando diversos protestos, além de articular a imprensa e denunciar, nacionalmente, a fraude ocorrida.

Apesar da clara oposição da maioria, a diretoria apoiada pela situação tomou posse, mas enfrentou um forte movimento nacional de oposição.

No 37º CBEn, realizado de 17 a 22 de novembro de 1985, na cidade do Recife/PE, as Seções Estaduais que estavam funcionando como Direções Provisórias foram informadas de que não poderiam participar da Assembléia de Delegados, prévia àquele Congresso, tendo em vista que a DN não reconhecia a CDPL dos Estados. O MP encaminha às Seções a indicação de que fizessem Assembléias Gerais de Sócios, onde a categoria poderia discutir e indicar novas direções e/ou manter aquelas que tinham sido sufragadas nas eleições que foram anuladas. Assim, todas as seções onde havia uma CDPL, acabou por constituir, estatutariamente, uma nova direção.

Porém, quando do credenciamento dos Delegados, a Secretaria da ABEn informou que, por exemplo, a ABEn/SC não participaria, juntamente, com a Seção de Rio Grande do Norte. Nesse momento, ocorreu novo tensionamento entre o MP e a DN. Após muitas negociações e discussões, a presidente da ABEn declarou que reconheceria as decisões tomadas nos Estados. Os delegados, então, foram credenciados.

Naquele Congresso, a grande maioria dos congressistas apoiava o MP. Sem conseguir conduzir a entidade, face aos problemas políticos gerados pela ação coordenada pelo MP, a DN anunciou, naquele Congresso, a convocação de novas eleições para o ano seguinte (1986). Assim, a Enfermeira Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, Presidente da ABEn, não concluiu, integralmente, seu mandato. O MP saiu fortalecido e foram reafirmados os princípios da democracia e de justiça defendidos pelo MP.

O MP conquista a decisão de realização de novas eleições para a Diretoria Nacional e Seções Estaduais da ABEn. Para concorrer às eleições de 1986, pelo Movimento Participação, foi organizada a chapa "Participação"¹¹, encabeçada pela Enfermeira Maria José dos Santos Rossi. Pela chapa situacionista, chamada de Renovação¹², concorreu a Enfermeira Maria Lúcia Pimentel de Assis Moura.

Ao final da apuração, o resultado dá vitória à chapa "Participação". O MP toma posse e passa a, a partir deste pleito, a dirigir os trabalhos da Associação Brasileira de Enfermagem.

Nas próximas eleições de 1989, 1992, 1995 e 1998, assumem a direção da ABEn Nacional, chapas identificadas com os princípios defendidos pelo Movimento Participação. Em 1989, a

¹¹ *Chapa Participação: Presidente: Maria José dos Santos Rossi; Vice-Presidente: Stella Maria Pereira; 1ª Secretária: Rita de Cássia Duarte de Lima; 2ª Secretária: Terezinha Francisca Moreira; 1ª Tesoureira: Madge Lima Leite; 2º Tesoureiro: Victor Hugo Della Torre Valentina; Comissão Permanente de Publicação e Divulgação: Clélia Soares Burlamaque; Comissão Permanente de Legislação: Jorge Lorenzetti; Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem: Iara de Moraes Xavier; Diretor do CEPEn: Semiramis Melani Melo Rocha; Comissão Permanente de Educação: Abigail Moura Rodrigues; Conselheiras Fiscais: Marilene Uchoa, Jonas Salomão Spricigo e Edelita Coelho Araújo.*

¹² *Chapa Renovação: Presidente: Maria Lúcia Pimentel de Assis Moura; Vice-Presidente: Juçara da Costa Braga; 1ª Secretária: Berenice Moraes Pinto; 2ª Secretária: Zélia Maria Queiroz Almeida Alcoforado; 1º Tesoureiro: Maria Aparecida Batista Santos; 2ª Tesoureira: Marizete Pereira da Silva; Comissão Permanente de Publicação e Divulgação: Lourdes Torres de Cerqueira; Comissão Permanente de Legislação: Emílio José Gonçalves Ribeiro; Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem: Maria Euridéia de Castro; Diretora do CEPEn: Maria Noemi Ferreira Ribeiro; Comissão Permanente de Educação: Ingrid Elsen; Conselheiras Fiscais: Maria Lúcia Servo Leite, Neusa Aparecida Ramos e Irmã Maria Wanda de Araújo.*

chapa vitoriosa foi encabeçada pela enfermeira Stella Maria Pereira Fernandes de Barros, que tinha sido vice-presidente da chapa do MP, que venceu as eleições em 1986. Esta toma posse no 41º CBEEn, realizado em Florianópolis/SC. Nas eleições de 1992, vence a chapa conduzida por Maria Auxiliadora Córdova Cristófar e, em 1995, a chapa conduzida por Maria Goretti David Lopes. Já nas eleições de 1998, a presidenta eleita foi a Enfermeira Eucléa Gomes Vale. Todas estas direções representam o MP e exerceram o poder com uma prática consoante com os princípios defendidos pelo MP.

MUDANDO OS RUMOS DA PRÁTICA ASSOCIATIVA

O MP, pode ser considerado um dos mais importantes movimentos sociais da história Enfermagem Brasileira que, ao fazer uma ruptura com a prática política que vinha sendo desempenhada pela ABEn, representou um salto qualitativo na história da profissão no país.

O Movimento Participação surgiu com o intuito de criar uma nova visão sobre a profissão de Enfermagem. Uma profissão que se compromete com o desenvolvimento de uma prática criativa, com o exercício constante de avaliação crítica da mesma; que compreende a sua prática como uma prática social que é parte de um contexto histórico-social pelo qual é constituída e, também, constituinte. Uma profissão formada por trabalhadores especializados em um campo do saber técnico-científico, com competência para cuidar de indivíduos e grupos no seu processo de viver. Uma profissão que defende um conjunto de valores morais para todos os seres humanos, sem qualquer discriminação, destacando-se o direito à saúde, à liberdade e a uma vida digna. Uma profissão que defende um agir cotidiano voltado para o atendimento das necessidades da maioria da população usuária dos serviços de saúde, defendendo, especialmente, a opção de aliança com as pessoas que precisam de cuidados de saúde.

A Diretoria Nacional da ABEn, anterior a vitória do Movimento Participação, tinha uma visão sobre a profissão, que era aplicada em suas ações. Era uma visão limitada sobre a Enfermagem e sobre as Enfermeiras, correspondente a uma concepção de mundo identificada com a visão da elite dominante do país, que designava os papéis a serem desempenhados pelas Enfermeiras e demais trabalhadores de enfermagem, nos serviços de saúde. Essa opção política das direções da ABEn, até 1986, identificava-se com a reprodução passiva dos papéis designados às diversas trabalhadoras da enfermagem na divisão do trabalho coletivo institucional, bem como, com o paradigma hegemônico de produção de conhecimentos em saúde, ou seja, o modelo biológico de base positivista.

Depois de muita luta, o MP consegue romper com esse pensamento, constituindo uma nova forma de pensar a profissão. A concepção da profissão, não poderia resultar de uma construção individual, ou representativa de parte da categoria. Ela deveria ser construída, coletivamente, com ampla participação e representativa do conjunto dos trabalhadores que atuam, quotidianamente, na profissão, e que dão visibilidade social a essa prática. A busca pela formação da identidade profissional da Enfermagem foi imprescindível para o rompimento com aquela visão profissional fragmentada e alienada. O Movimento Participação, em especial, no período em que se constituiu, identificou-se com setores da sociedade que se mobilizavam para romper com o ciclo autoritário.

Segundo *Oliveira* (1990, p. 48 – 49) o MP representava “o novo” que propunha “romper com a tradição interna da associação, cuja prática voltava-se para dentro da Enfermagem e cuja organização e participação centrava-se no indivíduo, o que a tornava compatível com o [...] o projeto de conservação social. A nova proposta encaminhava-se para uma visão oposta, abrangendo participação e ação coletiva através da articulação de suas lutas internas com as de outros profissionais de saúde e com movimentos sociais dirigidos para objetivos do projeto de transformação social.”

Backes (2000, p. 121) confirmando as declarações anteriores afirma que “na década de

80, a Enfermagem brasileira através da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), viveu um grande momento de mudança com o eclodir do Movimento Participação, repercutindo na educação de Enfermagem e nas práticas de saúde.”

Ainda, segundo *Oliveira* (1990, p. 100) o período de 1982–1986, “foi o momento de explosão da oposição no interior da ABEn, de explicitação dos conflitos e das posições divergentes” [...] Um clima de “grande mobilização e de efervescente participação da categoria, com dinâmica e práticas diferentes das vivenciadas até então, caracterizadas pela passividade e pelo imobilismo”.

O Movimento Participação rearticulou a categoria, que alienada no seu trabalho, sentia-se desvalorizada, sem estímulo profissional. A Enfermagem renasceu daquele embate de idéias e, em 1984, nas eleições cuja vitória foi fraudada pelo grupo dirigente que estava no poder na ABEn nacional, a Enfermagem já tinha feito sua opção pela mudança. Essa opção confirma-se, novamente, nas eleições de 1986. O Movimento participação vence com ampla margem de votos e conquista o poder na principal entidade representativa da enfermagem brasileira.

O MP coloca em debate a valorização profissional e, em especial a articulação de uma nova identidade profissional. Esses dois eixos temáticos foram fundamentais para a organização e fortalecimento do MP.

Para obter melhores resultados, tanto internamente à profissão quanto em relação a sua expressão na sociedade, era e ainda continua sendo, necessário articular todas as organizações de Enfermagem. Nesta perspectiva, a ABEn/SC, vem defendendo a unidade de toda a categoria da Enfermagem em uma entidade unitária, concebida a partir da própria ABEn, que articule ações de cunho sindical, de caráter representativo, de debate técnico científico, bem como, de fiscalização e normatização do exercício profissional. Esta é uma das propostas constituintes do Movimento Participação, defendida pelos seus precursores catarinenses que, infelizmente, ainda não é majoritária no Movimento em nível nacional. Apesar de estar em pauta desde 1980.

O Movimento Participação atuou, fortemente, para que o trabalho da Enfermagem, deixasse de ser realizado de forma alienada, e vem defendendo a opção por uma aliança com os trabalhadores e com a população usuária dos serviços de saúde. As sementes foram plantadas, e de alguma forma germinaram, mas muito ainda precisa ser feito. Os desafios atuais são enormes e colocam diferentes questões das colocadas nos anos 80, apesar de que o conjunto de valores político-profissionais colocados na construção do MP mantém-se atuais e significativos, para a profissão e para a sociedade.

ABSTRACT: This study outlines the beginnings and principles of the “Participatory” Movement (MP), which was created in opposition to the policies developed by the administration of the Brazilian Association of Nursing (ABEn). It starts in the 1980’s, and criticizes ABEn for: a) reproducing the official policies and the medical industry’s interest; b) being a centralizing and authoritarian organization; c) focusing mainly on the scientific and cultural development of nurses, while minimizing the importance of political-professional reflection, as well as the role of the profession and professional associations in the social-historical context; d) not participating in the formulation of public health policies. The “Participatory” Movement wins the elections of ABEn and takes over the association in 1986. The results of this new practice are still under construction. The achievements and withdrawals of ABEn will depend on our capacity of building a profession that is technically competent, critical, creative and, above all, socially acknowledged as an ally in the defense of the right to health.

KEYWORDS: history of nursing, non-governmental organizations, social sciences, nursing associations

RESUMEN: Trata sobre los orígenes y principios que constituyeron el Movimiento Participación, en oposición a la política desarrollada por la Directiva de la Asociación Brasileña de Enfermería (ABEn). Surge en los años 80, con críticas a la entidad, pues actuaba: a) como reproductora de las políticas oficiales e intereses del sector industrial médico-hospitalario; b) en una estructura organizativa

centralizadora/autoritaria; c) sólo cumpliendo el papel de actualizar científica y culturalmente a las enfermeras, desconociendo las necesidades de reflexión político-profesionales, y de participación de las entidades y el papel de la profesión en el escenario histórico –social ; d) sin participar en la formulación de políticas públicas relativas al sector de la salud. Ese movimiento vence las elecciones de la ABEn y asume la entidad a partir de 1986. Los resultados de la nueva práctica marcan una historia en construcción. Logros y retrocesos dependerán de nuestra capacidad colectiva para construir una profesión competente técnicamente, con intervenciones críticas y creativas y – principalmente-, reconocida socialmente como aliada de la mayoría de la población en defensa del derecho a la salud.

PALABRAS CLAVE: historia de enfermería, organizaciones no gubernamentales, sociedades de enfermería

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM - ABEn. *Ata da 2ª Assembléia Extraordinária de delegados da ABEn*. realizada em Segunda convocação, durante o XXXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem. Belo Horizonte, 1984. 6 f.

ALBUQUERQUE, Gelson Luiz de. *O Movimento Participação na Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Santa Catarina, na visão de suas principais lideranças*. 2001. 170p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BACKES, Vânia Marli Schubert. *Estilos de pensamento e práxis na Enfermagem, a contribuição do estágio pré-profissional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. 272 p.

OLIVEIRA, Francisca Valda Silva de. *Associação Brasileira de Enfermagem: Mudanças e Continuidades – A propósito do Movimento Participação (1979-1989)*. 1990. 203p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal.

PARTICIPAÇÃO. Aos enfermeiros e técnicos de enfermagem brasileiros. [S. L.]: *Boletim do Movimento Participação Nacional*, [1984]. Mimeogr.

_____. Plataforma Eleitoral do M.P, 1984. Mimeogr.

PIRES, Denise. Novas formas de organização do trabalho em saúde e enfermagem. *Revista Baiana de Enfermagem*. v .13, n1/2, p. 83-92, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1984. 150p.